

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de Dezembro de 2018 e

Relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
<i>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....</i>	<i>03</i>
<i>Balanço Patrimonial - Ativo</i>	<i>06</i>
<i>Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....</i>	<i>07</i>
<i>Demonstração do Resultado dos Exercícios</i>	<i>08</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>09</i>
<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	<i>11</i>
<i>Notas Explicativas.....</i>	<i>12</i>



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel Contact Center S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sercomtel Contact Center S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sercomtel Contact Center S.A, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel por meio do Acórdão nº 366, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações, controladora da Sercomtel Contact Center S.A., no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômico-financeira e regularidade fiscal pela controladora, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC na modalidade Local, autorização para prestação de STFC nas modalidades LDN e LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área de Registro 43 do PGA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a controladora apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive,

uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos. A controladora, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

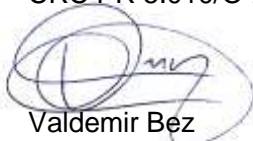
auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 11 de janeiro de 2019.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador CRC PR 037.262/O-2

Sercomtel Contact Center S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Ativo
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		5.774	5.212
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.832	2.931
Contas a receber	5	2.383	1.643
Impostos e contribuiões a recuperar	6	121	121
Adiantamentos		421	475
Estoques		10	33
Despesas antecipadas		7	9
NÃO CIRCULANTE		5.077	5.153
Depósitos judiciais		113	101
Imobilizado	8	4.925	4.989
Intangível	9	39	63
		10.851	10.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Passivo e Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		4.216	4.454
Obrigações sociais		1.636	1.626
Fornecedores		1.803	2.343
Obrigações fiscais		153	132
Utilidades e serviços a pagar		371	353
Outras contas a pagar	10	253	-
NÃO CIRCULANTE		3.491	3.939
Impostos parcelados	11	1.454	1.792
Provisão para contingências	12	2.037	2.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	3.144	1.972
Capital social		37.591	37.591
Prejuízos acumulados		(34.447)	(35.619)
		<u>10.851</u>	<u>10.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro
(Em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de serviços prestados	18.760	18.693
Deduções da receita	(1.346)	(1.368)
Receita operacional líquida	17.414	17.325
Custo dos serviços prestados	(13.223)	(13.318)
Resultado bruto	4.191	4.007
Despesas operacionais	(3.024)	(3.396)
Despesas gerais e administrativas	(3.186)	(2.839)
Outras receitas (despesas) operacionais	162	(557)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.167	611
Resultado financeiro	272	25
Lucro antes do imposto renda e contribuição social	1.439	636
Provisão para IR/CS	(14)	(266)
Provisão para imposto de renda	(187)	(188)
Provisão para contribuição social	(78)	(78)
Provisão IRPJ Diferido	251	-
Lucro antes Participações s/ Lucro	1.425	370
Participações de Empregados	(253)	-
Lucro líquido	1.172	370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	37.591	(35.989)	1.602
Lucro líquido do exercício	-	370	370
Saldos em 31 de dezembro de 2017	37.591	(35.619)	1.972
Lucro líquido do exercício	-	1.172	1.172
Saldos em 31 de dezembro de 2018	37.591	(34.447)	3.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro
(Em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	1.172	370
Ajustes por:		
Depreciação	757	371
Ajuste de Inventário do Imobilizado	-	29
Provisão para contingências	16	1.120
Reversão da provisão para contingências	(126)	(575)
	<u>1.819</u>	<u>1.315</u>
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	(740)	1.549
(Aumento) Redução em estoques	23	(28)
(Aumento) Redução em outros créditos	43	(128)
	<u>(674)</u>	<u>1.393</u>
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	(541)	1.113
Aumento (Redução) em Obrigações sociais	10	415
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	(317)	(106)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	272	14
	<u>(576)</u>	<u>1.436</u>
Total das atividades operacionais	569	4.144
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(668)	(1.883)
Total das atividades de investimentos	<u>(668)</u>	<u>(1.883)</u>
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(99)	2.261
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.931	670
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.832	2.931
Varição no caixa e equivalentes de caixa	<u>(99)</u>	<u>2.261</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Contact Center S.A.

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro
(Em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS		
Receita de mercadorias, produtos e serviços	18.760	18.693
	18.760	18.693
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Material e serviços de terceiros	(1.363)	(2.075)
	(1.363)	(2.075)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	17.397	16.618
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(757)	(371)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	16.640	16.247
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	282	138
	282	138
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	16.922	16.385
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	16.922	16.385
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração direta	8.329	8.308
Honorários da administração	533	533
Benefícios	3.074	2.907
FGTS	665	696
	12.602	12.444
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	2.029	2.313
Estaduais	-	-
Municipais	394	389
	2.423	2.702
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS		
Juros e variações cambiais	428	425
Aluguéis	297	444
	725	869
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS		
Lucros retidos	1.172	370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR.

A companhia tem por objetivo a projeção, implantação, operação e manutenção de centrais de atendimento no Brasil e no exterior, bem como a comercialização de tais serviços, o estabelecimento de parcerias para o fornecimento de serviços de valor agregado, a participação em associações ou empreendimentos relacionados a seu objeto social, e o desenvolvimento e implantação de projetos de CRM - *Customer Relation Management*, voltados ao gerenciamento de relacionamento de clientes.

Através da 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas, de titularidade da Atende Bem - Soluções de Atendimento, Informação, Comunicação e Informática Ltda., baseados na ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado, em 29 de abril de 2014, uma vez que esta se retirou do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização de capital devido. Estas foram transferidas para Ações em Tesouraria para possíveis alienações pelo prazo máximo de doze meses.

Na 38ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2016, findado o prazo de alienação e sem adquirentes, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 8 - Imobilizado (vida útil e valor residual); e

Nota 15 - Instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) *Apresentação das demonstrações contábeis*

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) *Apuração do resultado*

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

c) *Mensuração da receita*

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47. No decorrer do exercício serão avaliados possíveis efeitos adicionais decorrentes da aplicação deste CPC.

d) *Ativos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento contratuais sobre um ativo financeiro no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) *Passivos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

f) *Caixa e equivalente de caixa*

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

g) *Contas a receber de clientes*

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.

h) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

i) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j) *Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

k) *Demais passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco conta movimento	1	2
Aplicações financeiras	2.831	2.929
	<u>2.832</u>	<u>2.931</u>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (97,5% do CDI), são mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes	2.383	1.643
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>2.383</u>	<u>1.643</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda e contribuição social 2009	120	120
Imposto de renda retido na fonte a compensar	-	1
Outros	1	-
	<u>121</u>	<u>121</u>

Os créditos tributários gerados a partir de prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias detidos pela companhia, serão compensados com impostos sobre lucros futuros.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora Sercomtel S.A. Telecomunicações são realizadas em condições e preços normais praticados pelo mercado e estão assim demonstrados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - prestação de serviços	1.946	2.582
Contas a pagar - faturas telefônicas	2	5
Contas a pagar - despesas de condomínio	10	14
	<u>12</u>	<u>19</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de deprec	Saldo em 31/12/2017	Adições	Trans- ferência	Ajuste inventário	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos	10%	4.110	16	-	-	(572)	3.554
Móveis e utensílios	10%	205	5	-	-	(48)	162
Equipamentos de informática	20%	101	384	-	-	(78)	407
Instalações	4%	573	216	-	-	(30)	759
Veículos	20%	-	47	-	-	(4)	43
Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	-
		4.989	668	-	-	(732)	4.925
Custo do imobilizado		7.447					8.115
Depreciação acumulada		(2.458)					(3.190)
Imobilizado líquido		4.989					4.925

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis econômicas dos bens que integram o ativo imobilizado, em conformidade com o previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

9. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Software	20	63	-	-	(24)	39
Marcas e Patentes		-	-	-	-	-
Total		63	-	-	(24)	39
Custo de intangível		742				742
Amortização acumulada		(679)				(703)
Intangível líquido		63				39

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, adquiridas entre 2011 e 2017.

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Participação de lucros e resultados para empregados

A Companhia efetuou acordo de participação nos resultados junto ao SINTTEL, em 11 de maio de 2018, em ato representado formalmente, onde foram estipuladas condições e metas para o pagamento da participação nos lucros para os funcionários que laboraram em 2018.

Como resultado, a empresa cumpriu as metas financeiras, bem como também foram atingidas as condições estipuladas às áreas/projetos.

O valor da provisão levou em conta a cláusula quarta do referido acordo, a qual estabelece que caso as metas financeiras forem atingidas, o valor base para distribuição do PLR (metas financeiras e não financeiras) fica definido em 50% da folha de pagamento. Desta forma, foi obtido o montante de R\$ 253 mil através dos eventos de salário-base do mês de dezembro de 2018.

11. IMPOSTOS PARCELADOS

	2018	2017
Pis, Cofins, Imposto de renda e Contribuição social	834	1.172
Inss	620	620
	1.454	1.792
Passivo Circulante	-	-
Passivo Não Circulante	1.454	1.792
	1.454	1.792

A administração aderiu aos benefícios da Lei nº 12.996/2014, para parcelamento e quitação antecipada de débitos tributários federais e previdenciários em atraso, que correspondem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no montante de R\$ 834 mil e Inss no montante de R\$ 620 mil.

Tais benefícios compreendem reduções de multa, juros e encargos. Em razão da adesão da aludida Lei, estes débitos foram liquidados parcialmente através do pagamento em espécie e o restante com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa.

Entretanto, em razão de a Receita Federal do Brasil submeter-se a posterior consolidação e homologação dos cálculos para todos os contribuintes que aderiram a este parcelamento, o que em tese pode ter prazo de até 5 (cinco) anos, a administração optou por manter os saldos destes débitos parcelados contabilmente, ainda que liquidados na forma trazida pela legislação, até que tal consolidação seja oficializada formalmente pelo fisco federal.

No ano de 2016, a administração optou pelo parcelamento ordinário, junto a Receita Federal do Brasil, dos débitos referentes ao Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R\$ 338 mil, levantados pelas apurações realizadas até o mês de dezembro de 2015, pelo Lucro Real através de levantamento de balancetes mensais. Para este parcelamento foram estabelecidas o pagamento em 60 parcelas, sendo estas atualizadas mensalmente pelo indicador SELIC.

Todavia, com o advento da Lei nº 13.496/2017, que trouxe a opção de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no mês de novembro de 2017, houve a inclusão do referido parcelamento ordinário neste programa que possibilitou a utilização dos prejuízos fiscais para a quitação de saldo remanescente, após o pagamento inicial, em espécie, de 5% do total do débito, em cinco parcelas.

Com a publicação da IN 1855 de 07 de dezembro de 2018 pela RFB, foi disponibilizado a prestação de informações para consolidação do débito, o qual foi feito em 20/12/2018 conforme recibo de negociação, na modalidade do inciso IIIa. Desta forma o valor do saldo remanescente de R\$ 250 mil foi totalmente abatido com crédito de 25% de prejuízo fiscal. O restante do abatimento se deu pela redução dos acréscimos legais de multa e juros lançados no parcelamento ordinário, em R\$ 88 mil, conforme consta do referido recibo de negociação.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas judicialmente.

A Administração, com base na reavaliação da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionadas a questões contratuais, efetuada pelos seus assessores jurídicos, decidiu constituir provisão adicional em montante considerado suficiente para cobrir as referidas perdas. Da mesma forma, as ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamatórias de funcionários das operações de Londrina-PR, conforme discriminadas abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências cíveis	1.571	1.555
Contingências trabalhistas	466	592
	<u>2.037</u>	<u>2.147</u>

Em 31 de dezembro de 2018 havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos, no valor aproximado de R\$ 340 mil, ante a R\$ 525 mil em 2017, compostas, em sua maioria, por ações interpostas por empregados de empresas terceirizadas, requerendo enquadramento salarial, dentre outras, originadas, principalmente, pela operação de Londrina-PR.

Relativos aos processos cíveis, foi estimada uma possível perda de R\$ 1.719 mil e um possível ganho de R\$ 950 mil relativo, em geral, a ações relacionadas a questões contratuais.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito é de R\$ 37.591 mil, representado por 37.591.295 ações com valor unitário de R\$ 1,00.

O capital subscrito está assim distribuído:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sercomtel S.A. Telecomunicações	9.858.482	99	27.468.010	100	37.326.492	99
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	1	122.286	0	264.467	1
Outros	320	0	16	0	336	0
	<u>10.000.983</u>	<u>100</u>	<u>27.590.312</u>	<u>100</u>	<u>37.591.295</u>	<u>100</u>

Em abril de 2004, a acionista Atende Bem, retirou-se do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização do capital devido. Desde então, a administração da companhia vem sendo exercida pela acionista Sercomtel S.A. Telecomunicações.

A acionista Atende Bem, por sua vez, impetrou ação requerendo o cancelamento de sua obrigação de integralizar o capital, alegando sua saída do controle da Companhia.

Na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas da empresa Atende Bem, baseados em sentença de ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado em 29 de abril de 2014, a qual extinguiu o processo, suportada na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que dispensou a Atende Bem de efetuar o pagamento das ações. Com isto, a administração da Companhia decidiu manter as ações não integralizadas em tesouraria.

Em 01 de julho de 2016, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pelos acionistas pela não aquisição das ações em tesouraria. Com isso, após findado o prazo de doze meses para alienação desses títulos, conforme definido na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, e sem que houvesse sua alienação, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

14. PREJUÍZOS FISCAIS E BASE NEGATIVA

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia possuía prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social. Embora a Companhia tenha apresentado lucro nos exercícios de 2016 a 2018, em função da ausência de histórico de rentabilidade, os créditos fiscais estão sendo controlados, porém, não foram registrados contabilmente, por estes estarem em processo de consolidação pelo órgão fiscal competente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

16. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.